

JORGE ALVES CORREIA

DIREITO PÚBLICO LUSO E BRASILEIRO

UM EXERCÍCIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO

.....

2.^A EDIÇÃO

 GESTAMP

Nota Prévia à 2. ^a Edição	7
Nota Prévia à 1. ^a Edição	9
Siglas	11

PARTE I
MACROCOMPARAÇÃO

Capítulo I — Introdução ao Direito Público Luso-Brasileiro

1. Terminologia.....	15
2. Objeto e funções.....	17
2.1. Função de qualificação do direito nacional.....	18
2.2. Função de comparação integradora.....	19
2.3. Função de comparação por contraste.....	20
3. Método comparativo	22
4. Macrocomparação e microcomparação.....	28
5. Conteúdo do Direito Público Luso-Brasileiro — Plano do Curso	31

Capítulo II — O Lugar dos Direitos Públicos Português e Brasileiro
entre as famílias e os sistemas jurídicos comparados

1. Sistemas e famílias jurídicas em geral	33
2. <i>Civil Law e Common Law</i>	35
2.1. Fontes do Direito	35
2.2. O precedente judicial.....	37
2.3. Metodologia jurídica	38
2.4. Profissões jurídicas.....	39
3. Sistemas e modelos constitucionais	42
3.1. O modelo constitucional britânico	44
3.2. O modelo constitucional norte-americano	46
3.3. O modelo constitucional francês	50

•	
4. Sistemas de administração pública	55
4.1. Círculo jurídico francês	55
4.2. Círculo jurídico anglo-americano.....	58
5. Agrupamento dos sistemas jurídicos português e brasileiro em famílias de direito.	63
5.1. Fatores históricos	64
5.1.1. Revoluções liberais	64
5.1.2. Codificação	64
5.1.3. Colonização.....	65
5.2. O direito privado português	66
5.3. O direito privado brasileiro	68
6. Agrupamento dos sistemas jurídicos português e brasileiro em modelos constitucionais.....	73
6.1. O direito constitucional português	73
6.2. O direito administrativo português.....	76
6.3. O direito constitucional brasileiro.....	84
6.4. O direito administrativo brasileiro	90
7. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....	96
8. Duas questões finais.....	100
8.1. Uma família constitucional lusófona?.....	100
8.2. Um constitucionalismo luso-brasileiro?.....	103

Capítulo III — Síntese comparativa

1. Razão de ordem: o lugar dos direitos públicos português e brasileiro entre as famílias e os sistemas jurídicos comparados.....	107
2. Semelhanças entre os direitos português e brasileiro.....	107
2.1. Elementos metajurídicos	107
2.2. Elementos históricos	108
2.3. Elementos jurídicos.....	108
2.3.1. Elementos gerais de direito	108
2.3.2. Elementos de direito público	109
3. Diferenças entre os direitos português e brasileiro	111
3.1. Elementos metajurídicos.....	111
3.2. Elementos históricos	111

3.3. Elementos jurídicos	112
3.3.1. Elementos gerais de direito	112
3.3.2. Elementos de direito público	112

PARTE II
MICROCOMPARAÇÃO

Título I — Comparação Integradora

Capítulo I — Traços gerais de união ou harmonização entre os sistemas constitucionais português e brasileiro

1. Uma língua, dois discursos: a questão da identidade luso-brasileira	117
2. A comunidade científica luso-brasileira	122
3. A identidade relacional dos constitucionalismos luso e brasileiro	127
3.1. As duas correntes comuns ao constitucionalismo português e ao constitucionalismo brasileiro	127
3.2. A identidade relacional da Constituição.....	129
4. Transconstitucionalismo.....	130
5. As convenções e acordos internacionais entre Portugal e Brasil	133

Capítulo II — A harmonização entre os sistemas constitucionais português e brasileiro

1. Os alicerces dogmáticos	137
1.1. A Constituição como produto de um pacto social fundamental.....	138
1.1.1. O contratualismo como técnica constituinte	139
1.1.2. O contratualismo como teoria legitimadora do Estado Constitucional	143
1.2. A democracia liberal.....	149
1.2.1. Conceito de democracia liberal.....	149
1.2.2. Apreciação crítica: a emergência da «democracia iliberal»	152
1.2.3. Contestação popular e redes sociais.....	155
2. Os alicerces históricos	157
2.1. O constitucionalismo liberal luso-brasileiro	160
2.1.1. A Constituição brasileira de 1824.....	161
2.1.2. A Carta Constitucional portuguesa de 1826.....	164

2.2. O constitucionalismo reacionário e autoritário.....	167
2.2.1. A Constituição portuguesa de 1933	170
2.2.2. A Constituição brasileira de 1937.....	172
2.3. O constitucionalismo democrático	174
2.3.1. A Constituição portuguesa de 1976	174
2.3.2. A Constituição brasileira de 1988.....	176
3. Identidade das Constituições Democráticas	177
3.1. As orientações de fundo.....	177
3.2. A Constituição portuguesa de 1976	180
3.3. A Constituição brasileira de 1988	186
4. Súmula dos períodos de aproximação ou convergência entre os sistemas constitucionais português e brasileiro	194
5. Características comuns às Constituições democráticas.....	195
5.1. Constituição votada	196
5.2. Constituição escrita e formal.....	197
5.3. Constituição rígida	198
5.4. Constituição dirigente.....	203
5.5. Constituição compromissória	206
5.6. Constituição-garantia e direitos fundamentais.....	207
5.7. Sistema misto de controlo da Constituição.....	208

Capítulo III — Síntese comparativa

1. Razão de ordem.....	211
2. Harmonização entre os sistemas constitucionais português e brasileiro ...	211
2.1. Elementos metajurídicos	211
2.2. Elementos dogmáticos	213
2.3. Elementos históricos	213
2.4. Elementos jurídicos	215

Título II — Comparação por Contraste

Capítulo I — Traços gerais de afastamento entre os sistemas constitucionais português e brasileiro

1. Contrastes culturais, sociais, territoriais e populacionais.....	219
2. A inflexão norte-americana do direito público brasileiro.....	220

•

3. As forças centrífugas que operam no sentido da diferenciação dos sistemas jurídicos.....	221
---	-----

Capítulo II — A organização territorial do Estado (forma de Estado)

1. As alternativas em equação	223
2. Na CRP	224
2.1. Princípios gerais	224
2.2. Níveis territoriais de poder político.....	225
2.2.1. União Europeia	226
2.2.2. Estado.....	231
2.2.3. Regiões autónomas	233
2.2.4. Autarquias locais	235
2.3. Qualificação da forma de Estado.....	237
3. Na CFB.....	241
3.1. Princípios gerais	241
3.2. O problema da repartição de competências federativas	243
3.3. O equilíbrio federativo.....	246
3.4. Níveis territoriais de poder político.....	247
3.4.1. A União	248
3.4.2. O Distrito Federal.....	250
3.4.3. Os Estados Federados	252
3.2.4. Os Municípios.....	256
3.3. Breve referência aos setores da administração pública brasileira	258
3.4. Qualificação.....	259
4. Síntese comparativa: o contraste na forma de Estado.....	262

Capítulo III — Os sistemas de governo

1. Os modelos em equação	267
2. Formas de governo na CRP.....	270
2.1. Estado	271
2.1.1. Presidente da República	271
2.1.2. Assembleia da República	274
2.1.3. Governo	275

•

2.1.4. Qualificação.....	276
2.2. Regiões autónomas.....	279
2.3. Autarquias locais.....	280
3. Formas de governo na CFB.....	282
3.1. União.....	283
3.1.1. Congresso Nacional.....	284
3.1.2. Presidente da República.....	285
3.2. Estados federados e Distrito Federal.....	289
3.3. Municípios.....	292
4. Síntese comparativa: o contraste na forma de Estado.....	293

Capítulo IV — Organização judiciária

1. Os Tribunais na CRP.....	297
1.1. Direito à justiça.....	298
1.2. Serviço público de justiça e apoio judiciário.....	299
1.3. Tribunais arbitrais.....	300
1.4. Organização judiciária.....	301
1.5. Tribunal Constitucional.....	303
1.6. Os Tribunais europeus.....	306
1.7. Ministério Público.....	307
1.8. Conselhos superiores da magistratura.....	308
2. Os Tribunais na CFB.....	309
2.1. Direito à justiça.....	309
2.2. Serviço público de justiça e defensoria pública.....	310
2.3. Tribunais arbitrais.....	311
2.4. Organização judiciária.....	312
2.4.1. Justiça federal.....	314
2.4.2. Justiça estadual.....	316
2.5. Supremo Tribunal Federal.....	317
2.6. Súmula Vinculante.....	321
2.6.1. Os assentos.....	321
2.6.2. Súmula vinculante.....	323

ÍNDICE

2.7. Advocacia Pública	326
2.8. Ministério Público	328
2.9. Conselhos Superiores da Magistratura	331
3. Síntese comparativa: a diferente estrutura e organização judiciárias.....	332
Capítulo V — Tutela dos direitos fundamentais	
1. Preliminares	339
2. Na CRP	340
2.1. Os direitos fundamentais na CRP	340
2.2. Regime jurídico dos direitos fundamentais	341
2.3. Sistematização dos direitos fundamentais	342
2.4. Remédios e garantias de proteção jurídica	345
2.4.1. Meios de tutela político-administrativa	345
2.4.2. Direito de resistência	346
2.4.3. Meios reparatórios ou compensatórios	347
2.4.4. Meios de tutela judicial.....	348
2.4.4.1. Acesso ao direito e tutela judicial efetiva.....	348
2.4.4.2. <i>Habeas corpus</i>	349
2.4.4.3. Meios especiais de justiça constitucional.....	350
2.4.4.4. Meios especiais de justiça administrativa	352
2.4.4.5. Meios especiais de justiça europeia	353
3. Na CFB.....	355
3.1. Os direitos fundamentais na CFB.....	355
3.1.1. A sistematização dos direitos fundamentais na CFB.....	357
3.1.2. A aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais	360
3.2. Remédios e garantias de proteção jurídica	362
3.2.1. Meios de tutela político-administrativa	362
3.2.2. Meios de tutela jurisdicional	363
3.2.2.1. <i>Habeas corpus</i>	364
3.2.2.2. Mandado de segurança	364
3.2.2.3. Mandado de injunção.....	367
3.2.2.4. <i>Habeas data</i>	369
3.2.2.5. Ação popular	371

3.2.3. Meios especiais de justiça internacional.....	372
3. Síntese comparativa: o contraste dos meios de tutela de direitos fundamentais	374
Capítulo V — Justiça Constitucional	
1. Preliminares	379
2. Na CRP	380
2.1. Controlo abstrato.....	382
2.1.1. Controlo preventivo	382
2.1.2. Controlo sucessivo	384
2.1.3. Controlo da inconstitucionalidade por omissão.....	387
2.2. Controlo concreto.....	388
3. Na CFB.....	390
3.1. Controlo concreto	392
3.2. Controlo abstrato sucessivo	395
3.2.1. Ação direta de inconstitucionalidade genérica	395
3.2.2. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	397
3.2.3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	398
3.2.4. Ação declaratória de constitucionalidade	400
3.2.5. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	403
4. O <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro.....	406
5. Síntese comparativa: o contraste na justiça constitucional	407
Tabela 1 — O Controlo de Constitucionalidade à luz da Constituição da República Portuguesa.....	411
Tabela 2 — O Controlo de Constitucionalidade à luz da Constituição da República Federativa do Brasil.....	415
Bibliografia.....	419
Índice.....	431



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt